

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

DESTAQUES IPADES

Março, 2013

Vitória Brasileira Contra o Desmatamento

O Brasil termina o ano de 2012 com duas boas notícias na área ambiental. Na primeira, quase atingiu a meta voluntária de reduzir o desmatamento em 80% oito anos antes do prazo (2020). Na segunda, diminuiu as emissões de gases de efeito estufa, que caíram 35% desde 2005, enquanto em todo o mundo houve aumento de 9%.

Com 76,27% de queda no desflorestamento, falta ao país apenas uma redução de mais 4% para atingir o objetivo, que em área, equivale a 3,9 mil km² anuais. O compromisso da meta voluntária de redução do desflorestamento consta da Política Nacional Sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009), que prevê também reduzir as emissões projetadas de gases do efeito estufa entre 31,6% a 38,9% até 2020.

Todavia, o controle do desmatamento foi o único responsável pela queda nas emissões de gases de efeito estufa. Isto porque o corte de florestas vem caindo desde 2005, chegando em 2012 na menor taxa já registrada, com menos de cinco mil km² desmatados.

Esse avanço é fruto de ações conjuntas do poder público e da iniciativa privada. Desde 2005, têm sido adotadas medidas de combate ao desmatamento ilegal no país. Entre elas, citam-se a Moratória da Soja, o Zoneamento Ecológico-Econômico dos estados, a lista de áreas embargadas do IBAMA, a fiscalização integrada com a Polícia Federal e as Forças Armadas e o uso de imagens de satélites para o monitoramento de desmatamentos e incêndios florestais. Cite-se também, programas municipais como o adotado pelo município paraense de Paragominas, conhecido como Município Verde, que desde abril de 2010 foi encampado como programa estadual.

Na Amazônia Legal o desmatamento vem diminuindo desde 2004. O país ainda detém 62% de áreas cobertas por vegetação nativa, o que corresponde a 5,2 milhões de km² de

florestas. Essa área preservada equivale a quinze vezes o território da Alemanha ou a 125 Holandas.

Aspecto importante a ser integrado nessa política ambiental é intensificar a utilização das áreas antropizadas para a produção agropecuária, principalmente utilizando-se o Programa Agricultura de Baixo Carbono.

Transformação e Modernização do Setor Secundário da Economia

O segmento industrial da economia, neste século, dá sinais de transformação e de modernização mediante o processo de fragmentação ou, segundo Peter Drucker, de redes globais de produção. O setor que exemplifica essa tendência é o agronegócio, que corretamente o vem absorvendo.

Atualmente, a maioria das exportações de *commodities* traz embutida uma razoável quantidade de operações industriais, serviços e logística, que compõem clara cadeia produtiva. De rosas colombianas, entregues frescas e viçosas em qualquer parte do mundo, do frango ao gosto do cliente – na asa de um frango exportado vai quase tanta tecnologia como na de um avião da Embraer – as possibilidades de fragmentação e geração de valor adicionado são inúmeras.

Não é atoa que a produtividade do agronegócio brasileiro, seja, no mínimo, globalmente competitiva e que o setor possua múltiplas formas de internalizar, mediante diferentes combinações e acertos, no interior da cadeia produtiva, com os importadores prospectivos.

Todavia, essa visão moderna que o agronegócio tem incorporado através das cadeias produtivas, recua surpreendentemente quando o debate se volta para o setor de manufaturas propriamente dito. A ótica do bem industrial como um objeto “uno e acabado”, mesmo que de uso intermediário, gerado em uma única planta industrial, a partir dos fatores clássicos de produção e alguns insumos básicos, ainda persiste tanto na esfera privada como na pública, e até em organismos internacionais.

Essa abordagem defasada dá origem a falsos dilemas, como o do conflito entre industrialização e agronegócio, e a exagerados temores, como o da nossa impossibilidade de exportar manufaturados para áreas em vigorosa expansão, como o Sudeste asiático.

A transformação e modernização do setor secundário advêm da inserção estratégica em cadeias produtivas internacionais. É esse processo – examinado com total isenção quanto a combinação ótima do que deva ser importado para produzir o melhor que se possa exportar – que garante os aprimoramentos e o aumento de competitividade, e que poderão levar a estágios mais altos na captação de valor agregado. Isto poderá conduzir a uma abertura de setores de serviços e processos de logística.

O Brasil precisa urgentemente mudar a visão antiquada que ainda persiste nos discursos, planos, programa e na prática industrial.

Análises do “Pibinho” Brasileiro 2012

O crescimento do produto interno bruto, (PIB) da economia brasileira, em 2012, da ordem de 0,9% passou a ser chamado pejorativamente de “pibinho”. Os economistas se debruçam em análises para entender esse encolhimento. Pelo menos, três correntes de analistas se apresentam.

A primeira alega que o crescimento econômico baseado no consumo está esgotado e que o governo deveria cuidar do lado da oferta, aumentando a taxa de poupança doméstica, a taxa de investimento, melhorando a infraestrutura e a qualidade da educação.

A segunda corrente de analistas atribui este número pífio ao choque negativo da gestão econômica da presidente Dilma. Esse choque ocorre devido ao estilo discricionário da política econômica, que estaria gerando grande incerteza nos agentes econômicos e induzindo os empresários a retardar suas decisões de investimento. Nessa linha, a revista inglesa *The Economist* recomendou a emissão do ministro Guido Mantega, por simbolizar esse estilo.

A terceira corrente defende a política econômica atual, argumentando que esse número é um ponto fora da curva, que a política econômica vai muito bem e que seus resultados auspiciosos virão. É uma questão de tempo e paciência.

Independente de concordar ou não com essas análises, a realidade demonstra que algo está errado, visto que na prática, juros menores – atualmente são de 7,25% aa., na taxa Selic – e desonerações fiscais seletivas mais câmbio reajustado não responderam a duas variáveis fundamentais do desenvolvimento econômico, ou seja, queda da inflação e aumento do PIB.

É preciso que o governo deixe a ideologia e a “tentação” do populismo de lado e passe a ser pragmático apoiando-se na teoria econômica para a elaboração de suas políticas, de modo que o fraco desempenho do PIB em 2012 possa ser revertido.

A memória brasileira sobre o desenvolvimento econômico do país nos anos de 1980 e metade dos anos de 1990 – anos perdidos no jargão da economia brasileira – não pode ser esquecida para que não se repita. Cabe, pois à sociedade brasileira, a permanente vigilância para evitar que distorções de qualquer naipe interrompam o desenvolvimento econômico capaz de melhorar a vida dos brasileiros.

Limitação do Tamanho das Árvores

Em qualquer floresta, o tamanho das folhas das árvores mais altas varia muito pouco. Com raras exceções, ultrapassam a 20 cm de comprimento, mesmo quando as árvores alcançam quase 100 metros de altura – as folhas das árvores mais baixas podem ter de milímetros a um metro.

Os botânicos sabem disso há tempos, mas faltava uma explicação científica que explicasse porque essa limitação ocorre. Depois de analisar o tamanho das folhas e outras características de 1.925 espécies de árvores, o biofísico Kaare Jensen, da Universidade Harvard, e o biólogo Maciej Zwieniecki, da Universidade da Califórnia, acreditam ter encontrado uma resposta.

O fator que limita o crescimento das folhas nas árvores mais altas é a capacidade de transporte de seiva elaborada, rica em açúcares (energia), para áreas distantes (*PRL*, 4 de janeiro de 2013). Considerando as dimensões das folhas e dos troncos e as características hidráulicas dos canais condutores de seiva, os pesquisadores concluíram que o tamanho da árvore regula o escoamento da seiva, que, por sua vez, limita o tamanho das folhas.

A velocidade da seiva aumenta à medida que ela vai da folha para os galhos, assim quanto maior a folha, maior o fluxo de seiva. Porém, no tronco a seiva encontra resistência hidráulica, que cresce com o tamanho da árvore. Nessas condições, a partir de certo ponto o transporte da seiva perde eficiência e folhas maiores não melhoram sua distribuição, e folhas muito pequenas impediriam um fluxo mínimo.

É essa limitação no transporte da seiva elaborada que impede que as árvores tenham mais de 100 metros. Trata-se de uma interface da física com a biologia.